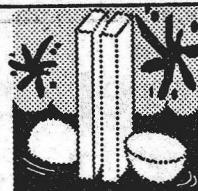


20 NOV 1993

JORNAL DO BRASIL

CPI - Orçamento

CPI DA CORRUPÇÃO



A subcomissão encontrou três cheques do Prefeito de Monte Alegre (MG), Eurípedes Adriani

Ministério tinha empresa 'fantasma'

■ Ação Social 'sediava' firma que recebeu Cr\$ 24,9 bilhões para construção de casas

Brasília — Arnaldo Schulz



O galpão tinha caixotes vazios

BRASÍLIA — A empresa de intermediação de verbas WG - Agenciamento e Serviços Ltda é *fantasma* e funcionava em um depósito do Ministério da Ação Social, na gestão da ex-ministra Margarida Procópio. Essa foi a constatação da diligência do coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol. A empresa recebeu cerca de Cr\$ 24,9 bilhões de verbas do Orçamento em 1991 para a construção de 50 casas populares. Com sede e endereço falsos, sem nomes de diretores cadastrados, a WG intermediava verbas e ganhava 15% do total.

No local de um órgão público pertencente ao Ministério do Bem-Estar Social, no setor gráfico de Brasília, só foram encontrados móveis velhos e caixas fechadas. O ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães, determinou a abertura de sindicância para apurar as responsabilidades pela existência da "entidade fantasma".

As caixas continham documentos da Secretaria de Defesa Nacional do Rio de Janeiro. Sómente a Brasforte, empresa de segurança, é que mantinha um vigia no local. O secretário executivo do Ministério, Francisco Hupsel, já iniciou as investigações para identificar se os sócios

da empresa têm ligações com algum funcionário do ministério, mas o próprio senador Bisol garantiu, que os nomes são "falsos".

Mesmo assim, foi pedida a quebra de sigilo bancário da entidade e dos diretores. Foram flagrados três cheques do Prefeito de Monte Alegre, Eurípedes Adriani (PRN), durante a investigação da subcomissão. Um para a WG, no valor de 15% do total recebido do orçamento, além de mais dois para pequenos empreiteiros da cidade.

CELSON FRANCO

O ex-ministro da Ação Social, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), liberou de forma irregular, entre janeiro e setembro de 1992, cerca de US\$ 40 milhões para 706 fundações e entidades benéficas, algumas delas no Rio de Janeiro, ligadas ao deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ). A ilegalidade das liberações foi confirmada ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal Filho, em ofício enviado ontem ao deputado Augusto Carvalho (PPS-DF). Das 706 liberações, 522 foram efetivadas nos meses de agosto e setembro do ano passado, nas vésperas do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

As liberações, feitas por Fiúza, obedeceram a uma metodologia inteiramente estranha à legislação e ao primado da transparência alardeado pelo ex-presidente da República. Os empenhos e as ordens bancárias emitidas pelo Ministério do Bem-Estar Social com a liberação dos recursos foram enviados ao Banco do Brasil sem qualquer referência às entidades beneficiadas. As ordens bancárias eram emitidas em nome do Banco do Brasil como "despesa a classificar".

Com isso, os nomes das entidades ficavam escondidos. Eles eram envia-

dos depois ao banco, em uma relação anexa. A suspeita é que esses recursos, em alguns casos, não chegaram ao seu destino. Questionado pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), o ex-ministro Ricardo Fiúza disse que o processo era perfeitamente normal e legal, classificando a acusação de "leviana".

Quanto à emissão de ordens bancárias como despesas a classificar, o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal Filho, disse que "sómente a unidade gestora — o Ministério do Bem Estar Social — pode esclarecer as razões de tal procedimento".

□ O depoimento do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), marcado para o dia 24, poderá ser adiado. O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, disse ontem que Raunheitti pediu o adiamento para que possa ter mais tempo para preparar a defesa. O senador afirmou que o deputado tem o direito de pedir o adiamento mas, caso seja comprovada intenção de protelar o depoimento, Raunheitti poderá ser julgado à revelia. O parlamentar solicitou ainda informações sobre tudo o que existe contra ele na CPI, alegando direito de defesa. Essas informações não serão antecipadas.